



IMPLANTAÇÃO DOS 20% DE DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS: ESTUDO DE CASO EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO PRIVADO

LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES¹

RESUMO: O trabalho aqui apresentado configura-se como um Estudo de Caso, tendo como tema a Implantação dos 20% de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação reconhecidos em um centro universitário privado. Apesar de uma legislação específica para este fim existir desde o ano de 2004, não há dados sobre a quantidade de instituições que optaram pela oferta nem da quantidade de alunos. Há ainda pouca informação sobre as propostas institucionais, falta que este trabalho pretende minimizar. Neste sentido, o objetivo do estudo é identificar quais as estratégias adotadas pela instituição na implantação da oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, nos cursos de graduação reconhecidos e, como objetivos específicos, realizar estudo da legislação pertinente a oferta de cursos e disciplinas na modalidade semipresencial; fazer levantamento das estratégias adotadas pela instituição na implantação de disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial, e; apresentar a forma como a instituição se estrutura, visando a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, assim como a política adotada e os aspectos legais internos. O método utilizado é o Estudo de Caso, que neste caso integra diversos meios e instrumentos, em especial a pesquisa bibliográfica, a observação direta e a análise documental institucional. Neste sentido, o trabalho divide-se em dois capítulos, sendo o primeiro reservado ao estudo da legislação brasileira tanto no que se refere a educação a distância de uma forma mais ampla, quanto da modalidade semipresencial, especificamente. No segundo, será apresentado o estudo de caso.

PALAVRAS CHAVE: Educação a Distância; Modalidade Semipresencial; Centro Universitário Privado

ABSTRACT: The present work is a Study Case, with the theme: Implantation of 20 % of the semipresentials disciplines in graduation courses in a private university center. Although there is a specific legislation for this purpose since 2004, there are no data about the quantity of institutions that chose for this offer or the quantity of students. There is still little information about institutional proposals, which this work intends to minimize. The objective of the study is

¹ Graduado e especialista pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Mestre e Doutor pela Universidade federal do Paraná – UFPR e professor e coordenador de EaD do Centro Universitário Filadélfia – Unifil.



to identify which strategies adopted by the institutions in the implantation of the semipresentials disciplines' offers, in graduation courses and, as specific objectives study the legislation to offer semipresentials courses and disciplines; to survey the strategies adopted by institution in the implantation of semipresentials disciplines offered, and; to present how the institution is structured, aiming the offer of semipresentials disciplines, as well as the policy adopted and the intern legal aspects. The method used is Study Case, and in this case includes various means and instruments, in special bibliographic research, direct observation and the institutional documents analysis. The work is divided in two chapters, the first reserved for the study of Brazilian legislation both as regards distance education in general, as specifically the semipresential mode. The second chapter will present the study case.

KEY WORDS: distance education; semipresential mode; private university center.

O presente trabalho tem como tema a implantação dos 20% de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação reconhecidos pelo MEC: estudo de caso de um centro universitário privado, estando assim vinculado a linha de pesquisa intitulada “estratégias para a utilização de EaD no ensino fundamental, médio, superior e profissionalizante”. O vínculo com esta linha justifica-se pelo fato de este estudo ter por preocupação avaliar as estratégias de implantação de disciplinas ofertadas com recursos tecnológicos, denominadas pela Portaria 4.059/2004 de semipresenciais, em uma instituição de ensino superior privada.

Em relação a situação problema, partiu-se do princípio de que as Tecnologias de Informação e Comunicação são uma realidade para grande parte dos alunos que ingressam em um curso superior, especialmente quando refere-se a Internet. A partir de pesquisas realizadas pela Comissão Própria de Avaliação - CPA com os ingressos da instituição analisada verificou-se haver uma quantidade considerável de alunos que tem acesso e fazem uso da internet para pesquisa, diversão e estudo.

Visando aproximar-se desta realidade e garantir um melhor posicionamento no mercado, a instituição criou um núcleo de educação a distância, com o papel de ofertar disciplinas, cursos e atividades nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, tendo como foco principal a oferta de 20% de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação reconhecidos, respeitando a legislação vigente (Portaria no 4.059, de 13/12/2004, publicada no

DOU 13/12/2004, p. 34, Seção 1, que substitui a portaria 2.253 de 18 de outubro de 2001, publicada no DOU 19/10/2001, p. 18, Seção 1).

Vários foram e ainda são os desafios encontrados para a implantação dos 20% de disciplinas mediadas por Recursos Tecnológicos (modalidade semipresencial), e diante desta evolução, questiona-se: quais as estratégias adotadas e quais foram seus resultados? A partir daí, definiu-se como objetivo do estudo:

- Identificar quais as estratégias adotadas pela instituição na implantação da oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, nos cursos de graduação reconhecidos.

Como desdobramento deste objetivo, definiu-se como objetivos específicos:

- Fazer levantamento das estratégias adotadas pela instituição na implantação de disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial;
- Apresentar a forma como a instituição se estrutura, visando a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, assim como a política adotada e os aspectos legais internos.

No que se refere aos aspectos metodológicos da pesquisa, foi feito uso da integração de diversos meios e instrumentos, tendo como foco principal um Estudo de Caso.

Este método tem apresentado uso extensivo nas disciplinas que possuem uma forte orientação para a prática acadêmica, sendo que o estudo de caso “[...] não é uma técnica específica. É um meio de organizar dados preservando o caráter unitário do objeto estudado” (CAMPOMAR, 1991, p.22). Já Goode e Hatt (1999, p.23) defendem que “um estudo de caso refere-se a uma análise intensiva de uma situação particular” e coloca que o “estudo de caso é uma descrição de uma situação gerencial”.

Do ponto de vista de Vergara (2005, p.49) "o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando

a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente”, considerada como uma “definição mais técnica” (VERGARA, 2005, p.50) que possibilita compreender e distinguir o método do estudo de caso de outras estratégias de pesquisa.

Para tanto, foi utilizado:

- observação direta, visando auxiliar na captação de comportamentos importantes para a pesquisa, bem como na sua contextualização, realizando-se uma reconstrução empírica da realidade, isto é, busca coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial. Para tal foi aplicada a técnica com o propósito de proporcionar perspectivas mais favoráveis na obtenção de dados;
- pesquisa bibliográfica, visando a identificação de textos, livros, artigos e material disponível na internet sobre o tema;
- análise documental, com destaque para a legislação vigente, disponível nos sites oficiais do governo federal, e da documentação institucional disponível para consulta.

A IMPLANTAÇÃO DOS 20% DE DISCIPLINAS SEMI-PRESENCIAIS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS PELO MEC (PORTARIA MEC Nº 4059 DE 2004)

O centro universitário em questão desenvolve projeto de implantação dos 20% de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação reconhecidos, respeitando a legislação vigente. Aliado a este projeto, está a oferta de cursos de capacitação, turmas especiais para os alunos de graduação, cursos de nivelamento para os alunos dos primeiros anos dos cursos de graduação, e, a oferta de uma proposta de educação continuada aos docentes que atuam na Instituição.



Seguindo o estabelecido na Portaria nº 4.059, de 13 de dezembro de 2004, as Instituições de Ensino Superior – I.E.S., tem autorização para ofertar até 20% da carga horária total dos cursos reconhecidos na modalidade semipresencial, com o uso de tecnologia de informação e comunicação que, no caso da Instituição de Ensino Superior – IES analisada, é baseado em Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – A.V.E.A., colaborativo, via Internet (web), com plataforma desenvolvida para atender as necessidades da Instituição. Para o desenvolvimento do projeto foi criado o Núcleo de Educação a Distância – NUCLEAD, por Resolução do Conselho Superior Universitário - CONSUNI, como órgão suplementar, atuando como executor, em nome e a serviço de toda a Instituição, na política de educação na modalidade a distância.

O núcleo foi reestruturado em 2009, e passou a ser um órgão executivo, subordinado diretamente ao Reitor e responsável pela implantação e execução das atividades de EaD na instituição. É ainda o órgão responsável, como mediador, perante o Centro Brasileiro do Conhecimento - CBCON, parceiro e detentor da tecnologia na modalidade a distância, atuando como consultores ao projeto da instituição. Está regulamentado pelos seguintes documentos:

Criação:

- Resolução CONSUNI nº 0005/2008: Criação do Núcleo de Educação a Distância;
- Resolução CONSUNI nº 0006/2008: Regulamentação do Núcleo de Educação a Distância.

Implantação:

- Portaria G.R. 041/2008: definição dos membros do NUCLEAD;

- Resolução CONSEPE 043/2008 e 044/2008: aprova a implantação e execução de atividades acadêmicas, na modalidade virtual;
- Resolução CONSEPE 039/2008: autoriza a implantação de atividades acadêmicas na modalidade semipresencial.
- Resolução CONSEPE 027/2010: altera a Resolução CONSEPE N°. 039/2008 e Fixa Normas para a Oferta de Disciplinas com Recursos Tecnológicos (modalidade semipresencial) nos Cursos Reconhecidos da instituição;
- Portaria GR 016/2010: redefinição dos membros do núcleo.
- **Portaria GR**

O núcleo conta com a articulação, envolvimento e ação conjunta da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEG, dos Coordenadores de Cursos envolvidos e dos professores, visando à implantação dos 20% da carga horária total dos cursos reconhecidos na modalidade semipresencial, atentos e articulados com os Projetos Pedagógicos de Curso e especificidades de cada um e com o Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI, tendo como premissas:

- a. a oferta de disciplinas com recursos tecnológicos limita-se a 20% da carga horária dos cursos reconhecidos da Instituição, e será implantada gradualmente;
- b. não serão ofertadas disciplinas de caráter prático laboratoriais, vinculadas a estágios e a Trabalhos de Conclusão de Cursos – TCC;
- c. no ano de 2009 foram ofertadas disciplinas nos 1º. anos dos cursos de graduação reconhecidos. Em 2010, ofertaram-se disciplinas para os 1º. e 2º. anos dos cursos de graduação reconhecidos, e assim sucessivamente;
- d. cada disciplina escolhida dispõe de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – A.V.E.A. colaborativo, onde as atividades são desenvolvidas, respeitando-se o plano de ensino aprovado pelo colegiado do curso;

- e. é respeitado o limite máximo de alunos por turma definido no Projeto Pedagógico de cada curso;
- f. o prazo para a implantação integral do projeto e para a mensuração dos resultados globais é igual à duração do curso;
- g. as disciplinas ofertadas com recursos tecnológicos respeitam o calendário acadêmico da instituição;
- h. o cálculo da média final para aprovação respeita o definido pela instituição, adotado na modalidade presencial

Como dito, as ações voltadas para a implantação da modalidade de EaD na Instituição respeitam os princípios e perfis dos alunos definidos nos Projetos Pedagógicos de cada curso, além de atender o estabelecido no PDI. Daí a implantação ser realizada em conjunto com a PROEG e com os Coordenadores de Curso. O desenho instrucional leva em consideração a necessidade de auto-estudo por parte dos alunos, o acompanhamento das atividades discentes por parte do corpo docente, a necessidade de avaliações presenciais e o apoio ao uso da plataforma adotada na Instituição.

O modelo adotado parte do uso de ferramenta desenvolvida em parceria com o Centro Brasileiro do Conhecimento – CBCON, instituição que trabalha junto a I.E.S., empresas (corporações) e projetos governamentais, com o objetivo de oferecer, via Tecnologia da Informação e Comunicação, infra-estrutura e metodologia para uma educação que privilegia a iniciativa e a criatividade humana e estimula o pensamento e o desenvolvimento pessoal.

Os profissionais do CBCON trabalharam durante os últimos 12 anos no desenvolvimento e aprimoramento de uma plataforma que suportasse as necessidades da demanda educacional, baseado em ambientes que proporcionam ótimas condições tecnológicas para a construção do conhecimento em comunidades colaborativas, desenvolvendo assim a plataforma Tecnologia Educacional – TecEdu, constituindo um ambiente de comunicação seguro,

documentado, proporcionando além da formação (educacional), um espaço para trocas de reflexões, conscientização, disseminação e elaboração remota, assíncrona, síncrona e colaborativa de trabalhos e criações, organizada e estruturada em grupos/equipes independentes e hierárquicos.

O projeto de educação com tecnologia e na modalidade semipresencial apresentado, necessariamente, tem sustentação em três pilares:

- modelo didático – pedagógico;
- infra-estrutura tecnológica para suportar o modelo, e;
- interface - estrutura para atender os alunos.

O CBCon presta ainda serviço de consultoria para, em cooperação com a instituição, planejar a utilização de recursos tecnológicos aplicados a educação atendendo as necessidades institucionais, neste caso a implantação de disciplinas a serem ofertadas com recursos tecnológicos nos cursos reconhecidos da instituição.

Este planejamento levou à definição de um Modelo Didático - Pedagógico, possibilitando desenvolver uma educação conforme as características dos cursos, dos alunos e o posicionamento institucional. Optou-se por modelos baseados em reflexões, com atividades assíncronas e síncronas, objetivando criar um diferencial institucional.

O Modelo Didático - Pedagógico de Educação com Tecnologia utilizada proporciona uma solução totalmente em WEB (internet), pautada na Plataforma TecEdu (Tecnologia Educacional). A plataforma para educação a distância via Internet são denominados de Sistemas de Gerenciamento de Aprendizagem (SGA) ou Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA) e constituem-se em puros LMS (Learning Management System). O principal diferencial da plataforma TecEdu em relação aos outros LMS é o seu design diferenciado e integração com o modelo didático – pedagógico, com forte ênfase na interação, que privilegia a pró-atividade do

educando e a sua autonomia durante o processo de aprendizagem, num ambiente completo com todo o suporte necessário a sua instalação e utilização, incluindo a publicação em WEB. Possibilita ainda rastreamento de acessos e atividades desenvolvidas, tanto por alunos como por professores, garantindo maior segurança para seus usuários.

Para ampliar ainda mais o conhecimento dos alunos, a plataforma permite que sejam criados links de acesso a conteúdos externos, através de agregador de conteúdos (tecnologia RSS), que estejam direta ou indiretamente relacionados a disciplina.

A plataforma TecEdu em sua totalidade é composta de três sistemas: Sistema Administrativo, Sistema Educacional e Sistema de Gestão de Rede (Comercial), sendo utilizado, neste modelo, apenas os primeiros, a saber:

- sistema administrativo: estruturado em setores, ele vai além de um sistema de gestão acadêmica, apresentando uma integração entre os setores institucionais de secretaria, tesouraria, protocolo e ouvidoria. Possui interface com Bibliotecas Digitais e pode ainda comportar subdivisões como Ponto de Encontro, espaço destinado a oferecer aos alunos ou egressos ambientes de organização, representatividade e de lideranças;
- sistema educacional: é destinado ao desenvolvimento de métodos que privilegiam a pró-atividade dos educandos e sua autonomia durante o processo de aprendizagem, principalmente voltada ao ensino técnico e superior. Possui "layout" diferenciado, de fácil usabilidade e possui sistema de gerenciamento acadêmico vinculado. A utilização da TecEdu possibilita e incentiva a formação de indivíduos autônomos, pensantes e reflexivos, que desenvolvam uma postura crítica, frente aos novos conteúdos que são discutidos em comunidades de aprendizagem colaborativa. A TecEdu apresenta os ambientes:

- institucional: protocolo, secretaria, tesouraria, biblioteca digital, ouvidoria, ponto de encontro;
- educação (educacional), destinado ao desenvolvimento e gerenciamento acadêmico de cursos, em três níveis: curso, interdisciplinar e de disciplinas (unidades curriculares - com ferramentas comumente utilizadas em ambientes WEB, como blog, fórum, lista de e-mails, referências, chat e desenvolvimento de exercícios com questões fechadas, abertas e associativas);
- gestão: registro e alteração de dados cadastrais e gerenciamento do acesso, permanência e atividades dos usuários na plataforma (rastreamento), e;
- agenda (ferramentas organizacionais): auxílio na comunicação e organização dos eventos relacionados ao curso, com espaço acadêmico de comunicados da secretaria e da coordenação, podendo ser também utilizado como agenda pessoal do usuário.

É a partir dessa plataforma que o professor vai atuar, elaborando roteiros de atividades que são disponibilizados para os alunos, em formato texto, porém possibilitando o uso de imagens, vídeos, arquivos de voz/som, vinculação de textos, slides, planilhas e *sites*. Todo o material de aula é preparado pelo próprio docente responsável pela liberação das aulas, sob supervisão da instituição, que valida e realiza acompanhamento das aulas e atividades. Estas, por sua vez, devem ser planejadas com antecedência sendo que, antes do início do ano letivo, o material deve estar pronto, revisado e validado.

Na ferramenta, o aluno tem acesso ainda:

- ao Guia do Curso, onde o aluno dispõe de informações sobre o curso que ele está cursando, projeto pedagógico, matriz curricular e a localização da disciplina no curso;
- ao Plano de Ensino, onde o aluno dispõe de informações completas da disciplina, como ementa, programa, estratégias de aprendizagem, encontros presenciais, avaliação, e referências bibliográficas, e;
- informações sobre o Coordenador e o Professor, como currículo e “e-mail” para contato.

O aluno, neste modelo, é acompanhado pelo próprio professor da disciplina, que se responsabiliza em tirar as dúvidas “on-line”, responder os fóruns propostos, dar devolutiva das atividades realizadas (pesquisas, questionários) e garantir a interatividade durante as aulas.

No que se refere a avaliação, respeita-se o Decreto 6.303, de 12 de Dezembro de 2007, onde o Art. 1º. do Decreto num. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005 é mantido, caracterizando educação a distância como uma modalidade educacional, e define as bases desta modalidade. Parte-se do princípio de que as formas de avaliação das disciplinas ofertadas com recursos tecnológicos devem ser pormenorizadas no projeto pedagógico de cada curso, sendo que estes critérios devem constar no Regimento Geral da Instituição e no Manual do Aluno.

Parte-se ainda do princípio de que a avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados dá-se no processo, mediante: (I) cumprimento das atividades programadas; e (II) realização de avaliações presenciais. Ou seja, as avaliações presenciais são elaboradas pelos docentes que atuam nas disciplinas, seguindo os procedimentos estabelecidos no projeto pedagógico do curso. A avaliação considera ainda a participação e o desenvolvimento das atividades e interatividades dos alunos, entendendo-se que é fundamental a participação dos mesmos no desenvolvimento da disciplina interagindo, refletindo, emitindo opinião, concordando ou não com os demais, bem

como desenvolvendo atividades de aplicações práticas, dentre outras, pois essas atividades e interações ganham importância quando participam da avaliação final dos alunos.

Apesar da necessidade de constar nos projetos pedagógicos de cada curso, a instituição regulamenta a forma de avaliação, partindo dos seguintes princípios:

- **a avaliação das disciplinas é continuada, diagnóstica e formativa, durante o desenvolvimento do processo, com o objetivo de detectar dificuldades de aprendizagem e somativa ao final de cada bimestre e ao final do ano letivo, com vistas à quantificação conforme exigência regimental da Instituição, que determina a média 70 e 75% de frequência às aulas para aprovação;**
- **como estratégias para avaliação são propostas atividades relacionadas aos conteúdos, à compreensão de conceitos, interpretação de textos, ensaios-sínteses, pesquisas, pequenos projetos (e outras atividades a critério do professor, explicitadas no Plano de Ensino e de acordo com o Projeto Pedagógico de cada Curso);**
- **também são alvo de avaliação a qualidade das participações dos alunos nas tarefas, apresentação/entrega dos trabalhos e tarefas nas datas pré-definidas.** Além disso, pesquisa, desenvolvimento de projetos, criatividade nos trabalhos, organização e, sobretudo, flexibilidade com que o aluno faz conexões e relação entre diversos temas, autores e áreas de conhecimento, todos considerados na avaliação;
- **estão previstas e são aplicadas, pelos professores das disciplinas, provas individuais presenciais e sem consulta com questões objetivas e/ou dissertativas bimestralmente;**
- **para disciplinas que se utilizam de recursos tecnológicos, entende-se que o MEC exige avaliações presenciais, o que não significa que devam ser somente**

provas e que todo o processo de avaliação concentre-se somente em momentos presenciais. É importante avaliar a construção coletiva do conhecimento, das dimensões emocionais e éticas do projeto de ensino e aprendizagem, da flexibilidade na adaptação ao ritmo do aluno. No entanto as avaliações presenciais devem sobrepor-se as de processo para cumprir a determinação do Decreto nº. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, estando definido no Plano de Ensino;

- assim, define-se que são consideradas, como nota bimestral, as atividades e interatividades desenvolvidas nas disciplinas com uso de recursos tecnológicos, com valor de 100 (cem) com peso 40 (quarenta), sendo que a **avaliação regimental será sempre presencial e**, na distribuição de pontos para avaliação da disciplina, a mesma tem valor de 100 (cem) com peso 60 (sessenta). As avaliações presenciais do bimestre são planejadas e ocorrem em dias e horários preestabelecidos dentro do período letivo e seguindo o calendário dos cursos presenciais ofertados pela instituição no que se refira à elaboração, aplicação e correção e visto das provas e trabalhos;
- **a 2ª chamada e os exames são presenciais, seguindo os trâmites normais exigidos pela modalidade presencial e os cálculos para aprovação obedecem às disposições legais da instituição.**

Para o desenvolvimento das atividades propostas, a instituição montou a seguinte equipe:

- 1) Coordenador Geral de Educação a Distância;
- 2) Coordenador Geral Acadêmico de Educação a Distância;
- 3) Equipe de apoio administrativo e tutoria.



Além da equipe apresentada, a instituição conta ainda com os seguintes profissionais atuando na modalidade:

- Autor – responsável pela produção do material a ser publicado no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – A.V.E.A., atuando sob supervisão da instituição;
- Professor – responsável pelo desenvolvimento das atividades e aulas, preparação das provas e visto de provas, a partir do material apresentado pelo Professor Autor. Sugere-se que, sempre que possível, o autor e o professor sejam os mesmos;
- Coordenador do Curso – é o professor Coordenador do Curso presencial, com todas as suas atribuições regimentais, referentes a modalidade presencial.

O Corpo Docente

O corpo docente que atua na instituição, nas disciplinas ofertadas na modalidade semipresencial são, preferencialmente, professores que já atuam no presencial, com os mesmos passando por um processo de qualificação. Neste sentido é ofertado, continuamente cursos de capacitação para professores que irão, ou desejam, atuar nesta modalidade.

Um dos focos do trabalho do professor é a garantia da interatividade e a comunicação com os alunos, tendo em vista que o modelo adotado prevê que o professor responsável pela disciplina no presencial atue também na disciplina ofertada com recursos tecnológicos. Com isso garante-se mais contato com o aluno para tirar dúvidas e orientar nas atividades propostas. A ferramenta utilizada garante esta interatividade, a partir de itens como lista de “e-mail”, fóruns, sala de bate papo, “blogs”, bilhetes, dentre outros. Além disso, a



Instituição disponibiliza telefone e “e-mail” para que o aluno entre em contato direto com a instituição, caso seja necessário, além do sistema de ouvidoria.

A interação entre alunos e professores, ao longo do curso de graduação, dá-se de duas formas: síncrona e assíncrona. A interação de forma síncrona é realizada por meio dos encontros presenciais, na apresentação do programa da disciplina e nas vistas de provas presenciais, com interação face a face entre alunos e professores. Todas as provas são elaboradas pelos próprios professores e realizadas presencialmente, com datas agendadas previamente, aplicadas pela equipe da instituição. O ambiente baseado em Internet pode garantir também interação síncrona por meio de sessões de “*chat*” entre os professores com os alunos. A interação de forma assíncrona deve ocorrer por meio do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – A.V.E.A., a partir das orientações de estudos propostas pelo Autor e do dinamismo dado pelo Professor, a partir dos itens já citados.

Em relação ao número dos professores, entende-se que para cada turma aberta tem-se um professor disponível para atendimento. Ou seja, se uma mesma disciplina for ofertada em duas turmas diferentes, o professor dará atendimento exclusivo para cada uma delas, respeitando assim suas características e especificidades. Neste sentido, o professor teria como papel: elaborar roteiros de atividades, ser responsável pela avaliação discente e pelo visto de prova, pela elaboração e disponibilização dos conteúdos e pelo acompanhamento e orientação das atividades discentes. Tem assim, o papel de:

- Instigador: mobiliza os alunos visando interações colaborativas;
- Mediador/Facilitador: dá apoio ao aluno a partir das ferramentas disponíveis, trazendo elementos/temas para discussão, estimulando o pensamento crítico e a capacidade de pesquisa;
- Estrategista: a partir da dinâmica das aulas, re-planejar e fazer intervenções oportunas, favorecendo as construções individuais e coletivas. Leva ainda o

aluno a buscar, de forma autônoma, os próprios caminhos para a construção do conhecimento.

O professor tem ainda uma função:

- Pedagógica: levar o aluno a alcançar seus objetivos no curso/disciplina; intervir pontualmente garantindo, sempre que possível, a autonomia do aluno; mediar as atividades de interação; estimular o pensamento crítico dos envolvidos; auxiliar o aluno na busca de outras fontes de informação;
- Social: estimular, apoiar e acompanhar o aluno, fazendo com que permaneça motivado no decorrer do curso/disciplina; fazer com que os alunos se sintam confortáveis no uso da tecnologia;
- Gerencial: estabelecer regras, prazos e avaliando resultados.

Nos cursos de qualificação, busca-se preparar o professor para que possa desenvolver ações de intervenção que garanta uma aprendizagem significativa. Para tanto, espera-se que:

- não necessariamente indique o certo e o errado, mas sim que leve o aluno a refletir e/ou questionar sobre um dado assunto, ou ainda redirecione a discussão, sempre que necessário;
- leve o aluno a pensar e a tomar decisões, sem necessariamente dar a resposta certa, garantindo a reflexão;
- que, no momento certo, as intervenções sejam pontuais, garantindo com isso o debate entre os alunos
- pressuponha a: flexibilidade, visando adequar processos sempre que necessário; orientação, ou seja, o aluno deve saber o que fazer, por que, como e quando; garantia de um ambiente de confiabilidade, incentivando a autonomia dos envolvidos; avaliação dos alunos de acordo com o processo de cada um



CONSIDERAÇÕES SOBRE OS SERVIÇOS OFERTADOS PELA INSTITUIÇÃO

O núcleo de educação a distância da instituição foi criado em 2008, visando à estruturação e a implantação de atividades a distância, dentre elas, a oferta de disciplinas com recursos tecnológicos em cursos de graduação reconhecidos. Assim, foi criado como órgão executivo na política de educação na modalidade semipresencial. Iniciaram-se os trabalhos na Instituição voltados para a EaD, tendo como foco a oferta de cursos de capacitação, a oferta de turmas especiais (dependência “on line”), o apoio à educação presencial, o desenvolvimento de atividades de nivelamento para os alunos, a promoção de capacitação docente, e a oferta de até 20% na modalidade semipresencial da carga horária total dos cursos reconhecidos, não permitindo estágios, disciplinas laboratoriais e TCC.

Essas atividades fazem parte da chamada fase experimental, essencial para o credenciamento da Instituição visando ao oferecimento de cursos de graduação e de pós-graduação a distância, numa segunda etapa. Apesar de se ter como foco o EaD, trabalha-se com a perspectiva de integração das três modalidades de ensino que utiliza de tecnologia de informação e comunicação, ou seja:

- totalmente a distância: cursos de capacitação, formação docente;
- semipresencial: dependência “on-line” (com avaliação presencial), 20% da carga horária total dos cursos reconhecidos (com avaliação presencial); nivelamento; cursos de capacitação; e,
- totalmente presencial, com apoio virtual: disciplinas na graduação.

O trabalho visa a integração com a instituição, em especial no que se refere aos indicadores de gestão. Nesse sentido, tem-se atualmente um suporte tecnológico, um suporte institucional, tendo em vista que o núcleo está subordinado diretamente ao Reitor; e o planejamento didático pedagógico e a produção do conteúdo que, no caso da graduação, se dá em



parceria com a Pró-Reitoria de Graduação e com os Coordenadores de Curso, no caso da Extensão, em parceria com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, e, no caso da pós-graduação, em parceria com a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e com os Coordenadores de curso. Há ainda uma integração com a secretaria acadêmica da graduação, visando ao controle da documentação, registro e emissão de documentos. Além disso o corpo docente é qualificado e todos os cursos e programas ofertados tem respaldo legal.

Em relação às dimensões da gestão, é possível afirmar que o aspecto tecnológico está em fase avançada, garantindo de forma eficaz o armazenamento e os sistemas de gerenciamento. À medida que o projeto avançar, será necessário adequar os laboratórios de informática, montar um pequeno estúdio de gravação de vídeo e áudio e ampliar suporte técnico e apoio ao aluno. O aspecto institucional caminha, com a definição do modelo e a integração da infra-estrutura. No aspecto legal, iniciou-se a oferta de cursos e atividades permitidas, visando ao credenciamento para a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação a distância. No que se refere ao aspecto pedagógico, o mesmo caminha em conjunto com os anteriores, em especial a partir da definição do oferecimento de cursos tendo como base a “internet” e o conceito de “*e-learning*” . Assim, em parceria com o Centro Brasileiro do Conhecimento – CBCCon, foi desenvolvido um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem Colaborativa – A.V.E.A. que atende as necessidades e facilita a preparação e a oferta dos conteúdos digitais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho configura-se como um Estudo de Caso, entendido como uma análise intensiva de determinada situação particular, especialmente no que se refere a situações gerenciais. Além disso, pressupõe-se uma inquirição empírica de um fenômeno contemporâneo, vinculado a um contexto real. Neste sentido, foi abordado o processo de implantação dos 20% de disciplinas semipresenciais em cursos de graduação reconhecidos em um centro universitário privado. Por ser um estudo de caso, a caracterização da instituição foi essencial, para que não houvesse generalizações equivocadas. Vale lembrar que, no Brasil, as Instituições de Ensino



Superior – IES podem ser classificadas como faculdades, centros universitários e universidades, sendo que apenas as duas últimas possuem autonomia perante o Ministério da Educação. Além dessa classificação, é importante salientar as distinções entre instituições públicas e privadas, sendo que as privadas estão vinculadas ao sistema federal de ensino superior, e as públicas, podem vincular-se a sistemas federais, estaduais ou ainda municipais.

Este esclarecimento é importante para salientar a necessidade de identificação da instituição estudada, além do conhecimento da legislação pertinente ao ensino superior, de um modo geral, e da educação a distância, em particular, mesmo quando abordamos a oferta de disciplinas na modalidade semipresencial, já que os princípios são próximos, além do fato de que, boa parte das IES que atuam na oferta destas disciplinas o fazem como parte da chamada fase experimental, necessária para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação a distância. Ainda no que se refere a legislação, vale lembrar que a Portaria 4.059 de dezembro de 2004 é anterior a legislação específica que trata da educação a distância no Brasil, o Decreto 5.622 de dezembro de 2005 ambas, porém, compartilham do mesmo espírito, o que pode ser evidenciado pelo fato da IES analisada seguir os Referenciais de Qualidade da Educação a Distância, publicado pelo Ministério da Educação.

Além do conhecimento e atenção a legislação, o centro universitário institucionalizou a oferta de atividades nas modalidades a distância e semipresencial, a partir de atos legais que garantiu o envolvimento de todos no processo de criação e desenvolvimento das ações, possibilitando um posicionamento institucional contra o preconceito que afeta a Educação a Distância no Brasil.

O modelo adotado é o denominado de estar junto virtualmente, possibilitado pela tecnologia, especialmente pela internet e pelo desenvolvimento de um Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem – AVEA, que possibilita uma ação colaborativa e uma maior flexibilidade por parte dos envolvidos exigindo-se, por outro lado, uma nova postura da instituição, alunos e professores. O fato das disciplinas serem ofertadas na modalidade



semipresencial possibilita uma maior interação entre a educação a distância e a presencial, sendo que os mesmos procedimentos adotados nas presenciais são adotados nas demais. Vale ressaltar ainda que no AVEA, cada sala de aula caracteriza-se como uma comunidade virtual do conhecimento, com fins educativos, que atua no Blend-Learning.

A oferta dos chamados 20% não está assim isolado, sendo parte de um projeto mais amplo, estando articulados com as atividades presenciais e com a oferta de outras ações, como a oferta de cursos livres e o uso do AVEA como apoio a atividades presenciais. Dentre os fatores de sucesso da instituição, destaca-se: a institucionalização; a constituição do núcleo de educação a distância como órgão executivo, vinculado diretamente a reitoria; a implantação dos 20% de forma gradual e em conjunto com a pró-reitoria de ensino de graduação; a parceria com o Centro Brasileiro de Conhecimento – CBCon, que desenvolveu a plataforma utilizada pela instituição, denominada de TecEdu; a definição de um Modelo Didático-Pedagógico, que é avaliado e revisado ao final de cada semestre, tendo como foco a interatividade, a colaboração e a predominância de atividades assíncronas, porém com calendário previamente definido; a regulamentação da avaliação institucional e do papel do professor, e; a capacitação contínua do corpo docente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005](#). Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília-DF, 20 dez. 2005.

BRASIL. [Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007](#). Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília-DF, 13 dez. 2004.



BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.**

CAMPOMAR, Marcos. Do uso do estudo de Caso em pesquisas para dissertação e teses em administração. **Revista de Administração**, São Paulo, v.26, nº 3, p. 95-97, julho-setembro 1991

CENTRO BRASILEIRO DO CONHECIMENTO. Disponível em <http://www.cbcon.com.br/portal/interface/Cbcon.jsp?pag=Produtos>. Acessado em 18 de fevereiro de 2013.

GOODE, W.J.; HATT, P.K. **Métodos em pesquisa social**. 3.ed. São Paulo: Editora Nacional, 1999.

VERGARA, Sylvia C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LEANDRO HENRIQUE MAGALHÃES

Graduado e Especialista pela Universidade Estadual de Londrina – UEL. Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Paraná – UFPR e professor e coordenador de EaD do Centro Universitário Filadélfia – Unifil.

Artigo recebido em 21/03/2013

Aceito para publicação em 23/07/2013

Para citar este trabalho:

MAGALHÃES, Leandro Henrique, **IMPLANTAÇÃO DOS 20% DE DISCIPLINAS SEMIPRESENCIAIS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO RECONHECIDOS: ESTUDO DE CASO EM UM CENTRO UNIVERSITÁRIO PRIVADO**; Revista Paidéi@. UNIMES VIRTUAL, VOL.5, NÚMERO 8, JUL.2013. Disponível : <http://revistapaidéia.unimesvirtual.com.br>